

Felicidade, políticas públicas e desenvolvimento turístico: Uma proposta para o Polo Costa do Delta

Happiness, public policy and **tourism development**: A proposal for the Polo Coast of Delta

VICENTE BORGES * [vpborges@ufpi.edu.br]

Resumo | Neste artigo debate-se sobre a geração de políticas públicas em turismo para o desenvolvimento do território Polo Costa do Delta (PI-Brasil), o qual, na ótica desta pesquisa, deve-se sustentar no índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), além de outros menos abrangentes e mais específicos. Sendo assim, objetivou-se apresentar as bases que sustentam a proposta de um desenvolvimento turístico à escala humana, definindo a estrutura, para a constituição das políticas públicas, a partir de dados e informações provenientes, dentre outras fontes, das dimensões do FIB. Para tanto, valeu-se de uma metodologia sustentada numa análise qualitativa e quantitativa da felicidade interna bruta nos quatro municípios (Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia) do território delimitado para estudo, através de inquéritos por questionário aplicados a três grupos: Gestores públicos, experts e população residente. Nesta investigação, calculou-se o FIB do território de estudo a partir da percepção dos residentes sobre a sua realidade. Desta forma, dentre os resultados obtidos destacam-se os que encaminham a conclusão de que o desenvolvimento turístico deva ser pautado pelas necessidades e desejos dos residentes no destino turístico, além dos visitantes, caracterizadas nas dimensões do Estar, Ser, Ter e Fazer, gerando mecanismos satisfatores (políticas públicas), garantindo o êxito econômico e social do destino turístico e, por consequência, um elevado índice de felicidade.

Palavras-chave | Felicidade, políticas públicas, desenvolvimento turístico, polo turístico Costa do Delta - PI

Abstract | In this article discusses about the public policy generation in tourism to development of territory Coastal Tourist Polo of the Delta (PI-Brasil), which, in the perspective of this research, should be based on the Gross National Happiness index (FIB), besides other less comprehensive and more specific. Therefore, the objective was to present the bases that support the proposal of a tourist development in a human scale, defining the structure, for the contribution of public policies, based on

* **Professor** in tourism from Federal University of Piauí, scholarship CAPES nº9984/13-5). **Degree** in Tourism from the Education Association of Santa Catarina, **Master** in Management - Strategic Management of Organizations at the University of the State of Santa Catarina - UDESC and PhD student in Tourism, Leisure and Culture at the University of Coimbra - Portugal.

data and information coming from, among others source, the FIB dimensions. Therefore, it was used a methodology based on the qualitative and quantitative analysis of the gross national happiness in the four municipalities (Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia and Cajueiro da Praia) of the territory delimited for study, through questionnaire surveys applied to three groups: Public managers, experts and resident population. In this investigation, the FIB of the study territory was calculated based on the residents' perception of their reality. In this way, the results obtained stand out the ones that lead to the conclusion that the tourism development should be guided by the needs and desires of the residents in the tourist destination, beyond the visitors and private initiative, characterized by the dimensions of to be, to be, to have and to do, generating satisfactory mechanisms (public policies), guaranteeing the economic and social success of a tourist destination and, consequently, a high happiness index.

Keywords | Happiness, public policies, tourism development, tourist polo of Coast of the Delta – PI

1. Introdução

Na sociedade ocidental, enraizada na ética do trabalho, o sentimento quanto as atividades do tempo livre e aquelas consideradas obrigatórias adquirem um peso moral, o qual qualifica as ações como apropriadas ou não. Diferentemente das atividades obrigatórias, o turismo gera a sensação e a percepção de que é uma fuga das rotinas, ou seja, momentos que se distanciam do fardo diário e repetitivo das obrigações, que proporcionam alívio e um sentido de liberdade. Graburn (1989) explica que o turismo ocupa um lugar sagrado no imaginário contextualizado pela vida moderna, desprendendo-se da organização formal da vida, pois alterna momentos considerados ordinários e extraordinários. Segundo o autor, o turismo envolve um processo que encaminha para uma percepção de contexto extraordinário, pois “a sacralização que eleva os participantes a um estado extraordinário em que coisas maravilhosas acontecem, e o processo inverso de dessacralização ou retorno à vida ordinária” (Graburn, 1989, pp. 24-25).

Lipovetsky (2007) exemplifica que a felicidade conquistada no momento extraordinário, o da viagem – por exemplo –, por sua vez, a cada dia ou a cada viagem, experiência, “tem de ser rein-

ventada e ninguém detém as chaves que abrem as portas da Terra Prometida” (Lipovetsky, 2007, p.370), pois o nível de satisfação muda ao longo da vida, mostrando-se diversa e plural. A cada viagem, mesmo para destinos já visitados, é uma experiência com estados de felicidade diferentes.

O Estado ao planejar o turismo prevê que o plano e as estratégias sejam suficientes para proporcionar a transformação do estado de felicidade individual para um contexto de benefícios à coletividade, integrando os momentos de felicidade do turista à sensação de bem-estar dos visitados. É neste contexto que instrumentos de mensuração fazem-se essenciais ao suporte às ações do Estado no turismo, utilizando-os como indicadores de desempenho ou de constatação da realidade do destino em relação ao objetivo da análise.

Sendo assim, para mensurar os resultados da felicidade e bem-estar perante as atividades e políticas públicas do turismo, alguns economistas¹ indicam o uso de índices e indicadores sociais mais abrangentes, ou comumente denominados holísticos, tendo em vista que abarcam dimensões da vida que os demais indicadores e índices, considerados utilitaristas, deixam de considerar. Dentre aqueles que se destacam no apoio a medição da felicidade e bem-estar, encontra-se o coeficiente de

¹Ver Stiglitz (2009) e Singer (2002)

GINI (não é um indicador holístico, mas designa a medida de desigualdade na distribuição de renda), Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice do Bem-estar – IBE (adotado em diversos países com diversificada metodologia) e o Felicidade Interna Bruta – FIB (Índice que mensura a felicidade de uma determinada população perante as atividades ordinárias e extraordinárias).

O interesse deste artigo é apresentar as bases

de um modelo conceitual de desenvolvimento turístico à uma escala humana² para o Polo Turístico Costa do Delta (PI-Brasil), sustentando-se no Felicidade Interna Bruta (FIB) como indicador para a detecção das necessidades das populações residentes no território (Figura 1) e consequente apoio ao planejamento e implementação de políticas públicas em turismo.

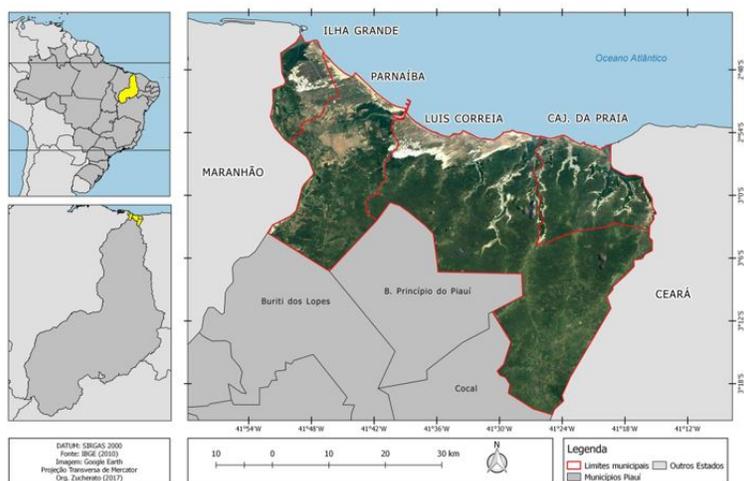


Figura 1 | Limites do território de estudo: Polo Costa do Delta
Fonte: Elaboração própria, 2017.

O Polo Turístico Costa do Delta (Figura 1), que congrega os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia³, objetos territoriais deste estudo, abrange toda a extensão do litoral do estado do Piauí, aproximadamente 66 Km de elementos naturais harmoniosamente distribuídos e conservados, sendo, hoje, centro das atenções por parte do capital imobiliário especulativo, muito dele associado ao turismo. Este interesse justifica-se por três motivos: i) o litoral, de gestão pública, ser considerado um dos mais conservados da região nordeste brasileira; ii) a existência de um

baixo índice de ocupação territorial na região litorânea, comparativamente aos estados vizinhos; iii) ser considerado o estado que proporciona o mais fácil acesso ao Delta do rio Parnaíba, um dos três no mundo em mar aberto e o único das américas.

2. Métodos e Técnicas da Pesquisa

A relação entre felicidade e turismo não se apresenta nesta pesquisa como o único fator de-

²Para Max-Neef (2012) a escala humana de desenvolvimento baseia-se na condição e forma de satisfação das necessidades humanas e na geração de níveis crescentes de autossuficiência e articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais, do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da sociedade civil com o estado. Portanto, as necessidades humanas, a autossuficiência e a articulação são os pilares de um desenvolvimento a escala humana.

³Municípios piauienses que, em conjunto com outros vizinhos do Maranhão e Ceará, compõem a rota turística intitulada comercialmente como Rota das Emoções.

terminante para o êxito de um destino turístico, mas uma relevante condicionante a ser considerada no processo de planejamento. Esta compreensão evoluiu para o questionamento motivador deste estudo, estruturando-se da seguinte forma: Qual o modelo de desenvolvimento turístico adequado para o Polo Costa do Delta a partir das premissas da participação popular, satisfação das necessidades e desejos dos residentes no destino e dos turistas que poderá gerar felicidade e bem-estar?

Com base na questão de partida adotou-se, nesta pesquisa, uma metodologia de investigação embasada na análise qualitativa e quantitativa da felicidade interna bruta nos quatro municípios do território delimitado para estudo (Lakatos & Mar-

coni, 2001), através de inquéritos por questionário aplicados a três grupos (Quadro 1) cujos dados foram analisados a partir de uma análise de conteúdo (resultado no quadro 3) para complementaridade da identificação das necessidades dos entrevistados em relação a realidade percebida e do teste estatístico ANOVA – Análise de Variância – de acordo com as médias das respostas para a determinação do índice Felicidade Interna Bruta (FIB) no território pesquisado, além da representação em percentuais de resultados significativos para facilitar a compreensão da realidade do território e alcance do objetivo. Sendo assim, nesta investigação, calculou-se⁴ o FIB território polo turístico a partir da percepção dos residentes.

Quadro 1 | Estrutura e público-alvo dos questionários aplicados

Questionário	Público-alvo	Características
GNH – Gross National Happiness (FIB)	População em geral residente no território estudado	Perguntas fechadas/ Respostas em escala de Likert
Residentes	Somente população residente, exceto os gestores municipais de turismo e empresários do setor.	Perguntas fechadas/ Respostas em escala de Likert
Políticos e experts	Somente empresários, professores da Universidade Federal do Piauí e gestores municipais.	Perguntas abertas e fechadas/ Respostas abertas e múltipla escolha/ Escala de Likert

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Desta forma o universo da pesquisa formou-se pela totalidade de gestores municipais do turismo (04 prefeitos, 04 vereadores-presidente da Câmara Municipal, 04 Secretários de Turismo, 04 Secretários de Infraestrutura e 04 Secretários de Administração), experts (05 Professores da Universidade Federal do Piauí, 88 empresários da hotelaria e restauração associados a Rota das Emoções) e população residente (190.188 habitantes nos quatro municípios que constituem o território estudado) com idade entre 18 e 65 anos, sendo assim o universo da pesquisa constitui-se da seguinte forma:

- i. Gestores Municipais e *experts*: N=113
- ii. População residente: N=190.188 (dados

do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE)

Já a amostragem do universo da pesquisa caracteriza-se como aleatória simples, pois julga-se que todos os elementos tiveram a mesma probabilidade de serem selecionados. No entanto, em atenção a Santos (2016), o cálculo amostral fixou-se nos seguintes parâmetros:

- i. Erro amostral: considera-se a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Para esta pesquisa a margem de erro foi fixada em 5%.
- ii. Nível de confiança: é a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do

⁴Para calcular o índice de Felicidade Interna Bruta do território do Polo Costa do Delta utilizou-se o software IBM SPSS statistics 22.

que o erro amostral admitido pela pesquisa, sendo assim, com base na margem de erro, o nível de confiança é de 95

iii. Percentuais máximo e mínimo: não foram definidos, tendo em vista a falta de informação precisa que indicasse que os percentuais não passassem de um determinado valor.

Portanto, o cálculo da amostra do universo da pesquisa obedeceu a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n = amostra calculada N = população Z = variável normal padronizada pelo nível de confiança e = erro amostral p = verdadeira probabilidade do evento

Portanto, obteve-se, a partir do cálculo com a fórmula acima descrita, uma amostra de 384 indivíduos, considerando a população residente, pois para os gestores e *experts* concebeu-se como meta a totalidade do universo.

Os dados sobre a felicidade interna bruta do território do Polo Turístico Costa do Delta, o turismo e suas influências na economia, meio ambiente, relações sociais e tecnologia, induzem às medidas de ação e tomadas de decisão, as quais evidencia-se nos tópicos 3 e 4, a partir da análise das respostas⁵ representadas em percentuais, aprofundando a reflexão do modelo de desenvolvimento do território

3. O Índice FIB como Indicador para Políticas Públicas de Turismo

A concepção de felicidade difundida por Galinha e Ribeiro (2005) propõe a noção de Bem-Estar relacionando os conceitos de Satisfação e Felici-

dade a partir da perspectiva *Bottom/Up*, na qual a satisfação imediata de necessidades produzirá felicidade, enquanto que a permanente necessidade por satisfazer causará infelicidade – e *Top/Down*, onde o grau de Satisfação necessário para produzir Felicidade dependerá da adaptação ou nível de desejo, que é influenciado, segundo os autores, “pelos experiências do passado, pelas comparações com outros, pelos valores pessoais e por outros fatores” (Galinha & Ribeiro, 2005, p.204).

Nesta perspectiva, Ura (2009, p.3-4) subdivide a ideia de felicidade em duas compreensões. A primeira firma-se na concepção de felicidade como um bem público, porém subjetivamente sentido, não sendo possível ficar a cargo de dispositivos e esforços privados. Desta forma, quanto mais desigual for a sociedade, presume-se que maiores serão os níveis de infelicidade. A segunda encaminha o entendimento de felicidade a partir da aceitação de que esta está sujeita a estímulos externos, além dos canais utilizados para buscá-la. Neste caso, a felicidade passa a ser percebida como uma consequência direta de estímulos sensoriais.

O conceito de felicidade tem tido especial atenção pela sociedade desde a Antiguidade clássica. Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.) compreendia a felicidade como o maior bem do homem, a qual identifica-se com o viver bem e o fazer o bem (Marques, 1985).

As sociedades no sistema capitalista mundial, tendem a compreender a felicidade na ótica do ter, ou seja, aquela defendida na utopia conservadora classificada por Karl Mannheim (1976), associada à ideia de crescimento econômico. Para estas, índices e indicadores como o Produto Interno Bruto – PIB satisfazem como indício de sucesso ou fracasso ou, também, numa concepção mais ampla, a do desenvolvimento econômico, o qual pode orientar-se pelo IDH como índice indicativo do desenvolvimento humano. Une-se o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH a esta visão

⁵Os gestores públicos, *experts* e residentes, para fins de análise, foram considerados população residente com base nas características da amostra.

de conquista da felicidade, pois ele não contempla questões inseridas nas temáticas meio ambiente e sustentabilidade, limitando-se às variáveis renda *per capita*, saúde e educação. Nesta linha, Stiglitz (2009) alerta que o PIB também apresenta limitações para medir o progresso das sociedades, tendo em vista que não abarca e mensura com eficácia o bem-estar social. O PIB afere apenas as transações econômicas realizadas, não fazendo distinção entre aquilo que representa custo e o que representa benefícios.

Numa contraposição aos indicadores econômicos e, ao mesmo tempo, considerando-se um índice de complementação aos já existentes, apesar da sua amplitude e holismo, o Felicidade Interna Bruta – FIB surge como um indicador sistêmico de Felicidade, criado em 1972 pelo 4º rei do Butão, visando fornecer aos gestores públicos diretrizes fo-

casadas para a felicidade da população.

Diferentemente dos indicadores tradicionais, pois apresentam como objetivo de aferição o crescimento econômico, o FIB sustenta-se em quatro pilares: a promoção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável e isonômico; a preservação e a promoção dos valores culturais; a conservação do meio ambiente natural e o estabelecimento de uma boa governança (Carvalho, 2009). A partir desta base, constituiu-se o FIB com uma distinta abordagem, enfatizando que para a felicidade se faz necessário considerar nove domínios/ dimensões: padrão de vida econômico, governança, educação, saúde, vitalidade comunitária, resiliência ambiental, acesso à cultura, gerenciamento equilibrado do tempo e bem-estar psicológico (Figura 2), pois considera-se que estes fatores sejam universalmente comuns.



Figura 2 | Os nove indicadores do FIB
Fonte: Adaptado de media.gnhcentrebutan.org, 2016.

O FIB em seu núcleo compreende um conjunto de valores que promovem a felicidade coletiva como valor-fim de qualquer estratégia de desenvolvimento, sendo descrito como: (i) Holístico – reconhece todos os aspectos das necessidades humanas, desde as de cunho espiritual, material, física ou social; (ii) Balanço – equilibrando o progresso no sentido dos atributos do FIB; (iii) Coletividade – a felicidade passa a ser um abrangente fenômeno coletivo; (iv) Sustentabilidade – conquistando o bem-estar para a geração atual, conseguindo mantê-la para as gerações futuras; (v) Equidade – alcançar razoável e isonômica distribuição do nível de bem-estar.

Ura & Galay (2004) enfatizam que o FIB no Butão é distinto da compreensão ocidental de felicidade por duas razões. Primeiro pelo fato de ser multidimensional, pois não contempla apenas o bem-estar subjetivo, mas inclui outras dimensões da vida humana. E segundo, porque interioriza a responsabilidade e motivações explicitamente.

Segundo Ura & Galay (2004), inicialmente o FIB apresenta seis proposições de uso para o índice: i. Para definir um quadro alternativo de desenvolvimento; ii. Fornecer indicadores para orientar ao desenvolvimento os setores da sociedade; iii. Alocar recursos de acordo com as metas e ferramentas de rastreamento do FIB; iv. Medir a felicidade e bem-estar das pessoas; v. Medir o progresso ao longo do tempo; e vi. Comparar o progresso em todo o país.

No turismo o uso do FIB como indicador de desenvolvimento não é facilmente encontrado, principalmente nos estudos científicos. A metodologia FIB ainda não encontra guarida nos estudos⁶, apesar de temas como distribuição de renda e pobreza serem abordados, através de assuntos como impactos positivos e negativos do turismo na economia e

na sociedade⁷. Porém, vislumbrando pesquisas sobre, separadamente, assuntos relacionados às proposições de Ura e Galay (2004) vê-se estudos que abordam o turismo na perspectiva de agente transformador⁸ capaz de gerar um estado de Bem-estar, assim como outras preocupações mais atentas ao impacto econômico na vida comunitária⁹.

Lohmann e Bloom (2015, p.1) explicam que “a busca da ligação entre turismo e felicidade parece ser uma obrigação para o Butão”, mas a relevância para os demais destinos turísticos no mundo ainda não é tão evidente, refletindo nos estudos científicos nacionais e regionais do turismo.

A felicidade no turismo acha-se no âmago das inter-relações entre visitantes e visitados, porém mais dificilmente como foco das políticas públicas e das atividades concernentes da administração pública e iniciativa privada. Os materiais promocionais para turistas, indicam sempre que a felicidade é um lugar localizado no destino evidenciado, no qual oferece-se sentimentos e experiências positivas.

Considerando a base teórica apresentada, percebe-se que o índice de Felicidade Interna Bruta – FIB detém, em seus indicadores (ver Figura 2), elementos estratégicos para a elaboração de diretrizes, influenciando positivamente o processo de desenvolvimento de um destino turístico e da população residente.

Atentando-se para as nove dimensões do FIB, os gestores do turismo passarão a ter um instrumento que, não só proporcionará a mensuração da Felicidade Interna Bruta, mas permitirá orientar as políticas públicas e o desenvolvimento. Desta forma, as nove dimensões do FIB para o turismo¹⁰ são:

⁶Duro e Farré (2015), Paula (2013), Guedes (2014) e Elías, Fernandez e Castro (2012)

⁷A busca por estudos científicos em turismo que contemplassem o assunto Felicidade Interna Bruta deu-se entre os meses de Janeiro e abril de 2016, através dos seguintes meios: Artigos em revistas científicas de turismo brasileiras, espanholas e portuguesas, assim como em revistas científicas de turismo nas plataformas Web of Science, Direct Science e Sage Editora.

⁸Ver Marcon (2007)

⁹Ver Cunha e Cunha (2005)

¹⁰Definidas com base em Ura, et.al. (2012, p.13) e outras fontes pesquisadas e descritas em cada dimensão.

i. Bem-Estar Psicológico: Avaliar o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo (visitante e visitado) tem em relação a sua própria vida. Os indicadores apresentam dados sobre a taxa de emoções positivas e negativas, analisando a auto-estima, sensação de competência, estresse e atividades espirituais. Vinhas (2008, p.25) enfatiza que “a satisfação do turista está profundamente dependente do esforço e a capacidade de cooperação entre as organizações públicas e privadas que contribuem para a configuração dos produtos e destinos em causa. Medir com objetividade e rigor a satisfação do turista tem importância central no processo de tomada de decisões estratégicas”.

ii. Saúde: medir a eficiência das políticas de saúde, com critérios como auto-avaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercício, sono, nutrição, entre outras. O'Donnell (1986 citado por Amendoeira, 2006) delimita a abrangência da saúde em cinco dimensões: a saúde emocional, a saúde social, a saúde intelectual, a saúde espiritual e a saúde física. Dimensionar adequadamente o sistema de saúde tenderá a permitir um nível elevado de bem-estar tanto nos turistas quanto na população residente.

iii. Uso do Tempo: É um dos mais significativos fatores que influenciam a qualidade de vida, considerando o tempo para lazer e socialização. Avaliar a gestão equilibrada do tempo facilitará estabelecer parâmetros que compreendam os diferentes tempos que compõem a agenda diária dos visitantes e comunidade, como: o tempo no trânsito, no trabalho, em atividades educacionais e recreativas e o momento das refeições.

iv. Vitalidade Comunitária: no turismo, principalmente os produtos turísticos que va-

lorizam a experiência, dependem dos relacionamentos e interações nas comunidades e destinos. Portanto, examinar o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e voluntariado, torna-se vital para a construção de uma economia solidária e, fundamentalmente, de um ambiente de cooperação. Bursztyn (2009) revela que relações centradas no diálogo e na interação entre visitantes e visitados, na qual não há submissão aos turistas e tão pouco os visitados, tornam-se objetos de instrumentalização consumista, facilitando a troca de experiências e o diálogo igualitário.

v. Educação: À geração de bem-estar é de grande relevância considerar no planejamento do turismo fatores influenciadores, como: níveis de participação em educação formal e informal, competências e habilidades, envolvendo no processo educacional valores que permeiam o respeito à diversidade, educação ambiental, entre outros que auxiliam para a construção de um ambiente harmônico. Ansarah (2002, p.23) reitera que “a educação em turismo deve estar direcionada para uma reflexão multidisciplinar e para o trabalho em equipe, contemplando contextos multiculturais em que a criatividade combine o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia”.

vi. Cultura: Avaliar as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero, pois o turismo é um “feito social, humano, econômico e cultural dos mais interessantes na atualidade, porque induz a proximidade de relações e as estimula, de modo que, lu-

gares, pessoas, serviços e atrativos se interdependem e criam uma intensa rede de sensações, situações e acontecimentos” (Virgínio, 2010, p.67).

vii. Meio Ambiente: Há necessidade, para garantir o caráter sustentável ao desenvolvimento, de medir a percepção dos cidadãos em relação ao uso da água, avaliando sua qualidade e distribuição, a qualidade do ar, do solo e da biodiversidade. Os indicadores no FIB incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo e outros aspectos ligados à conservação e preservação do meio ambiente. A partir das ferramentas de medição e controle, o “gerenciamento racional do turismo pode contribuir em grande parte para a proteção e o desenvolvimento do meio ambiente físico e da herança cultural, bem como para a melhoria da qualidade de vida” (Lickorish, 2000, pp.117-118).

viii. Governança: Avaliar como a população percebe o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência, envolvendo a medição, nesta perspectiva, da cidadania e a participação dos cidadãos nas decisões e processos políticos, tende a proporcionar ao ambiente organizacional e em desenvolvimento do turismo uma maior transparência. Trentin (2014) explica que relaciona-se ao conceito de governança, por mais que não exista consenso conceitual, as ideias de partilha de poder, participação, integração multinível, diversidade e descentralização, deliberação, flexi-

bilidade e reversibilidade, experimentação e conhecimento, criação, autonomia e autoridade, redes e interdependência, cooperação e interação.

ix. Padrão de vida: o FIB reconhece a relevância de indicadores econômicos, mas não os isola, e sim, trata-os de forma integrativa com os demais indicadores presentes na metodologia. Sendo assim, o padrão de vida avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações e o padrão de gastos.

Por fim, a relevância das políticas públicas sustentadas em dados e informações, por mais que possam ainda parecer subjetivos à dinâmica do turismo, que envolvem níveis de complexidade e diversificação desafiadoras à criação de métricas que mensurem-nas, localiza-se na necessidade de compreender, de forma um pouco mais precisa, a totalidade da realidade do desenvolvimento do turismo em determinado destino. É nesta perspectiva que se percebe o FIB e seu conjunto de indicadores como o índice mais adequado para representar as interações e dinâmicas em dado território, aplicadas ao turismo, expressando-as na felicidade interna bruta.

Desta forma, para auxiliar na compreensão da complexidade social no território, há quatro indicadores, o índice de GINI, o Produto Interno Bruto – PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o Felicidade Interna Bruta –FIB, que ao serem cruzados os dados, indicam que, no caso especificamente do Polo Costa do Delta, quanto menor for a desigualdade social maior é a percepção de satisfação com a vida, e de felicidade (Quadro 2).

Quadro 2 | Dados sobre o desenvolvimento humano no Polo Costa do Delta

	Polo Costa do Delta
Índice de GINI*	0,39
FIB	2.2482
IDH*	0.584
PIB*	114.506.40 US\$

Fonte: Elaboração própria a partir de *IBGE (2016 com base em dados de 2013) e Dados primários da pesquisa, 2016.

Neste contexto, o grande desafio ao desenvolvimento turístico do Polo Costa do Delta é adotar um modelo agregador, que una o território exigindo dos municípios estratégias complementares que potencializem a distribuição de renda e do fluxo turístico pelo território e, também, a resolução das fraquezas estruturantes¹¹.

4. Desenvolvimento Turístico: A Felicidade no Modelo Agregador de Desenvolvimento para o Polo Costa do Delta – Resultados da Pesquisa

A felicidade e o turismo entrelaçam-se no cotidiano da comunidade receptora e dos turistas,

pois um destino para ser bom a quem visita deve ser ótimo para quem nele reside e trabalha. Partindo dessa premissa, reconhece-se a capacidade de satisfação que as atividades inerentes ao turismo tende a gerar para algumas necessidades, como emprego e renda, mas somente potencializa-se a distribuição dos benefícios gerados através de políticas públicas inclusivas que objetivem o bem-estar do cidadão pelo desenvolvimento dos setores que compõem as dimensões da felicidade no contexto do destino turístico, como: saúde, educação, segurança, saneamento básico, mobilidade, entre outros. Pois, do contrário, as atividades turísticas podem elevar o custo de vida local (Figura 3), no que tange a formação de preços dos produtos e serviços, assim como das condições de viver no destino turístico.

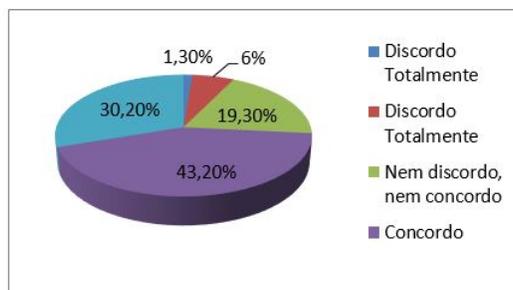


Figura 3 | No município o turismo eleva o custo de vida? (Percepção do residente)
Fonte: Elaboração própria, 2016.

Desta forma, a análise da primeira dimensão do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) no Polo Costa do Delta, a qual refere-se ao bem-estar psicológico da população residente, expôs a satisfação com a vida e evidenciou uma elevada percepção inicial do nível de “felicidade” (Figura 4). Porém, há que se questionar esse elevado percentual de

felicidade individual, pois, considerando variáveis que interferem no ambiente social, como as dimensões do índice FIB do território, a governança (Figura 5) e a participação no processo político-decisório, tenderá a gerar níveis maiores de insatisfação e, por consequência, pior percepção de felicidade (Quadro 2).

¹¹Compreende-se como fraquezas estruturantes do território, dentre outros aspectos, o acesso via aérea e marítima, saneamento básico e distribuição regular de energia elétrica.

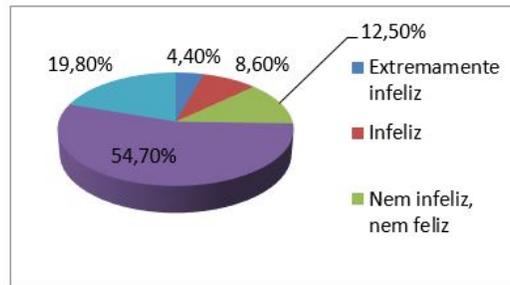


Figura 4 | Quão feliz você diria que é?
Fonte: Elaboração própria, 2016.

Os contrastes na percepção da população estudada sobre o quão se é feliz situam-se na não compreensão inicial das variáveis, referentes ao turismo e influência do Estado, que incidem sobre o bem-estar e, consequentemente, felicidade. A

diminuição da satisfação ocorre a partir do momento em que o cidadão percebe-se inserido num contexto sociopolítico mais complexo que o influencia e limita em participação e decisão (Figura 5).

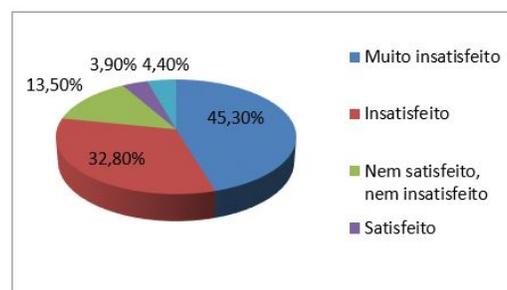


Figura 5 | Governança (Percepção dos residentes)
Fonte: Elaboração própria, 2016.

Portanto, nesta perspectiva, como indica Adivar et.al. (2000), no desenvolvimento do turismo a geração de bem-estar social atenta-se para três pontos principais e fundamentais: (i) satisfação

das necessidades coletivas; (ii) gestão de problemas sociais; e (iii) reforço de oportunidades (Figura 6).



Figura 6 | Geração de bem-estar social – indicativo para políticas públicas
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2016 a partir de Adivar et.al., 2000.

Prevalecerá a concepção de felicidade, difundida por Galinha e Ribeiro (2005), onde a satisfação imediata de necessidades tenderá a produzir felicidade, porém na condição de que é um processo contínuo, e crescente complexidade, de satisfação. No entanto, se exigirá um grau de felicidade maior a ser produzido ou induzido pelo Estado, gerando dependência à adaptação da satisfação ou nível de desejo, que é influenciada pelas experiências do passado, pelas comparações, valores pessoais, entre outros fatores.

Diante dos pressupostos apresentados, o mo-

dulo de desenvolvimento turístico do território Polo Costa do Delta é composto por processos que se apresentam num contexto de integração e interdependência.

Sendo assim, baseia-se na compreensão de que o meio produz e proporciona as condições para a criação de mecanismos à satisfação das necessidades e desejos da população autóctone/ residente (saúde, educação, segurança, emprego, renda, moradia, etc.), mesmo influenciados por variáveis internas e externas ao território turístico, desde que estimulado (Figura 7).

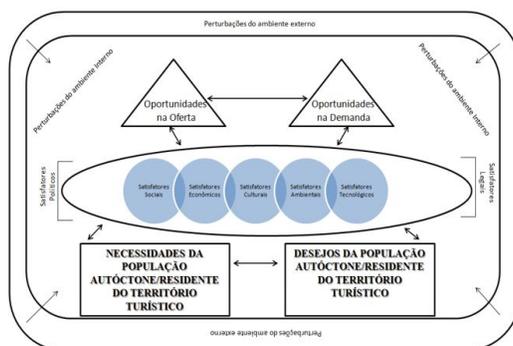


Figura 7 | Dinâmica do ambiente na geração de bem-estar/ felicidade
 Fonte: Elaboração própria.

Para constituir um desenvolvimento mais humano, voltado à felicidade, exige-se compreender a dialética entre as variáveis dinamizadoras do sistema, ou seja, é preciso identificar as necessidades e desejos da população autóctone/ residente (quadro 3) para desenvolver mecanismos de satisfação,

no caso políticas públicas, que gerem oportunidades na oferta turística, assim como na demanda. Max-Neef (1993) infere que esta dinâmica proporciona formas de organização em que os bens e serviços potenciam os satisfatores para viver as necessidades de maneira coerente, sã e plena.

Quadro 3 | Matriz das necessidades humanas (Residentes)

Dimensões FIB	Ser	Ter	Estar	Fazer
Bem-estar psicológico	Equilíbrio/ solidariedade	Baixo nível de dívida/	Família/ comunidade	Socialização/ participação
Saúde	Saúde física/ mental	Alimento/ serviços médicos e hospitalares/ saneamento	Natureza/ lar	Alimentar/ descansar
Uso do tempo	Livre	Lazer	Convivência	Amigos
Educação	Sábio/ leitor	Políticas Públicas/ professores	Escolas/ universidades	Estudar/ analisar
Diversidade cultural e resiliência	Bílingue	Habilidades artísticas	Praça	Artes manuais/ música
Governança	Crítico	Voz/ participação/ direitos	Associação de moradores/ prefeitura	Política/ cooperar/ compartilhar
Vitalidade comunitária	Solidário	Habitação/ Segurança/ identidade	Comunidade/ família	Contribuir/ ações coletivas
Diversidade ecológica	Consciente	Saneamento básico	Cidade limpa	Educação ambiental
Padrão de vida	Honesto	Habitação/ renda/ trabalho/ lazer	Transporte	Exercícios físicos

Fonte: Elaboração própria, 2016

Desta forma, as variáveis pertencentes a dinâmica do desenvolvimento turístico a escala humana apresentam-se na seguinte ordem em: i) necessidades da população autóctone/ residente do território turístico; ii) desejos da população autóctone/ residente do território turístico; iii) satisfatores (políticas públicas); iv) oportunidades na oferta turística; v) oportunidades na demanda turística; vi) perturbadores do ambiente interno e perturbadores do ambiente externo, os quais definem as relações entre os grupos de interesse, poder público e iniciativa privada.

As mudanças e adaptações do território/ destino turístico para adequar-se as exigências impostas pelo ambiente externo são oriundas de pressões dos elementos e variáveis. As respostas ao novo cenário, sejam elas sociais, ambientais, econômicas, ou outras, influenciam na nova situação e também na origem da pressão.

Sendo assim, o desenvolvimento do turismo local e regional do Polo Costa do Delta, a partir de um modelo participativo, consiste no conjunto de incentivo de iniciativas endógenas, que compreenda a dinâmica do turismo no ambiente externo ao território, em atendimento das necessidades e desejos do residente assim como do visitante, valendo-se das potencialidades do território, gerando oportunizando o desenvolvimento plane-

jado e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida local dos destinos turísticos (no caso Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia), a ser perceptível através dos indicadores ambientais, sociais e econômicos, fundamentalmente no caso de Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) conjugado a outros.

5. Conclusão

Ter um ambiente equilibrado e garantidor da satisfação das necessidades da população residente no destino turístico é um dos objetivos presentes em diversos modelos de desenvolvimento, porém, na prática, nem todos conseguem, nem de forma plena e, por vezes, nem parcial, apenas geram políticas públicas como mecanismos legitimadores do poder do Estado e/ou justificadoras das ações e intensões da iniciativa privada. Esta lógica apresenta-se na estrutura dos processos de planejamento e decisão presentes num fluxo *Top to Down*, ou seja, centralizado e distanciado da realidade vivida.

O presente estudo atendeu ao objetivo inicial de apresentar um modelo de desenvolvimento turístico à escala humana para o território Polo Costa

do Delta, sustentando-se nas premissas da relevância da identificação das necessidades e desejos dos residentes no destino turístico, pois são formadores das dimensões social, econômica, ambiental e cultural que embasam o planejamento turístico de caráter sustentável, sendo, em última instância, a composição de um ambiente de bem-estar e felicidade.

Portanto, após analisar os dados obtidos, a partir dos inquéritos por questionário junto a população residente (residentes, experts e gestores públicos), percebeu-se que:

i) Prevalecerá a concepção de felicidade quando o Estado conjugar a noção de bem-estar com os conceitos de satisfação e felicidade, ampliando a participação popular numa espiral *bottom/up*;

ii) A essencialidade do uso de indicadores holísticos para ampliar a abrangência da medição da realidade, no caso o FIB, e, conseqüentemente, gerar compreensões mais exatas;

iii) As necessidades humanas do Ser, Ter, Estar e Fazer são amplamente contempladas pelo indicador Felicidade Interna Bruta, que demonstram relevância na geração de políticas públicas ao destino turístico e na formação de um ambiente de satisfação com a dinâmica turística;

iv) Os satisfatores (Figura 7), previsto no modelo proposto, formam as áreas essenciais das políticas públicas, as quais apresentam-se como fundamentais na geração de oportunidades tanto na oferta como na demanda turística, assim como fatores influenciadores das pressões internas e nos seus pontos de origem (por vezes externos ao território).

v) O processo de satisfação de necessidades é contínuo e de complexidade crescente.

vi) O modelo conceitual de desenvolvimento turístico à escala humana para o território do Polo do Delta explicita-se como base de dinâmicas mais específicas na economia, no meio ambiente, na cultura e no ambiente social dos municípios do território.

vii) Quanto maior for a satisfação menor será a intensidade dos conflitos entre os interesses da população residente, da iniciativa privada e os desejos e necessidades dos turistas.

Sendo assim, constatou-se que o paradigma que vigora no território do Polo Costa do Delta firma-se na inconformidade, incerteza e necessidade de contínuo aprendizado em virtude das características mutáveis e dinâmicas do ambiente competitivo do mercado turístico, além dos conflitos de interesse internos entre os diversos atores sociais, o que exige dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia uma atuação planejada, estratégica e atenta para as perturbações provenientes do ambiente externo e das necessidades atuais e futuras dos residentes e turistas.

Findando o raciocínio, enfatiza-se que a atenção com a satisfação das necessidades da população residente e com o processo de decisão e instâncias de participação popular tenderá a constituir um ambiente equilibrado e favorável aos investimentos e estruturas necessárias ao desenvolvimento turístico, resultando num maior nível de felicidade e bem-estar social para a população e, conseqüentemente, num território mais apto a receber turistas.

Agradecimentos

Os agradecimentos estendem-se à CAPES – Proc.nº9984/13-5 pelo financiamento da pesquisa e ao Prof. Dr. Norberto Santos (Universidade de Coimbra) pelas orientações.

Referências

- Adivar, B, Atan, T., Oflac, B.S. & Örtten, T. (2000). Improving Social welfare chain using optimal planning model. *Supply Chain Management: An International Journal*, v.15, n.4, p.290-305.
- Amendoeira, J. (2006). *Uma biografia partilhada da enfermagem*. A segunda metade do século XX. Coimbra. Formasau.
- Ansarah, M. G. R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Bursztyn, I., Bartholo, R. & Delamaro, M. (2009) Turismo pra quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares*. 144-162. Brasília, Letra e Imagem. P. 76- 107.
- Carvalho, C.L. (2009) *Políticas Públicas no Turismo Brasileiro: A cidade de São Paulo e a Construção de sua Identidade Turística*. Tese de doutorado, USP.
- Centre Buthan (2016). *The nine domains of FIB*. Acedido em 17 de setembro de 2016, em media.gnhcentrebhutan.org
- Cunha, S. K. & Cunha, J. C. (2005). Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. *Revista de Administração Contemporânea*. v.9, n.2.
- Duro, J. A. & Farré F. X. (2015). Estacionalidad turística en las provincias españolas: medicina y análisis. *Cuadernos de Turismo*, 36, 157-174.
- Elías, S.; Fernandez, M. R.; Castro, M. (2012). Propuesta de un sistema de indicadores para evaluar el impacto del turismo en la pobreza de la localidad de Monte Hermoso. *Anuario Turismo y Sociedad*, vol. xiii, pp. 41-53
- Galinha, I. & Ribeiro, J.L. P. (2005). História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v.6, n.2, p. 203-214.
- Graburn N. (1989). *Tourism: the sacred journey*. See Smith 1989, pp. 21-36
- Guedes, A. S. (2014). *O Domínio Cultural no Turismo Organizado – O Caso Português: Da polarização territorial à valorização endógena e local*. (Tese de Doutoramento). Programa de Doctorado: Novos Recursos e Sustentabilidade em Turismo. Universidad de Salamanca, 294 f.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016). Índice de Gini dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia. *Base de dados de 2013*. Disponível em www.ibge.gov.br
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016). Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia. *Base de dados de 2013*. Disponível em www.ibge.gov.br
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016). Produto Interno Bruto dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia. *Base de dados de 2013*. Disponível em www.ibge.gov.br
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A (2001). *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- Lickorish, L. J. & Jenkins, C. L. (2000). *Introdução ao Turismo*. Trad: Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus.
- Lipovetsky, G. (2007). *A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Lohmann, M. & Bloom, J. (2015). *Happiness in a Tourism Context*. International Conference on Gross National Happiness Paro, Bhutan.
- Mannheim, K. (1976). *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- Marcon, E. M. G. (2007). O turismo como agente de desenvolvimento social e a Comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. *Pasos*, v.5, n3, p. 343-352.
- Marques, M. S. B. (1985). “A aceleração inflacionária no Brasil: 1973-83”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 343-84, out./dez.
- Max Neef, M. (1993) *Desarrollo A Escala Humana Conceptos, Aplicaciones y Algunas Reflexiones*, Nordan Comunidad, Montevideo.
- Max-Neef, M., Elizalde, A. & Hopenhayn, M. (2010). *Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro*. Madri: Biblioteca CF+S. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es>
- Max-Neef, Manfred (2012) *Desenvolvimento à Escala Humana: Conceção Aplicação- Reflexos Posteriores*. Blumenau: EDFURB

- Paula, A. T. (2013). *Papel do Estado, alívio à pobreza e turismo: relações teóricas com o Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, 157 f.
- Santos, Glauber Eduardo de Oliveira. (2016). *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Acedido em 09 de julho de 2016 em <http://www.calculoamostral.vai.la>.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Stiglitz, J. E. (2009) *Information and the change in the paradigm in economics*.
- Trentin, F. (2014). *Políticas Públicas no Brasil: Tomada de Decisão e a Análise das Estruturas de Governança nos Destinos Indutores de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Ura, K. & Galay, K. (2004) Gross National Happiness and Development. *Thimphu: The Centre for Bhutan Studies*, 233p.
- Ura, K, Alkire, S., Zangmo, T. & Wangdi, K.(2012), A Short Guide to Gross National Happiness Index, Thimphu (Butão), *Centro de Estudos do Butão*. ISBN: 978-99936-14-66-1.
- Vinhas, R. S. (2008). *Índice de Satisfação e Lealdade do Turista*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa, Dezembro.
- Virginio, D. F. (2010). Turismo e cultura: Um Estudo sobre o programa de qualificação de museus para o turismo. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*. Volume 04 – Nº. 01.